Centro Universitário de Brasília CEUB
Faculdade de tecnologia e ciências sociais aplicadas
- FATECS

ALEXYA LEMOS ROCHA

JORNALISMO AMBIENTAL: A COBERTURA CLIMÁTICA PELO OLHAR DOS ESPECIALISTAS

BRASÍLIA
2024

ALEXYA LEMOS ROCHA

JORNALISMO AMBIENTAL: A COBERTURA CLIMÁTICA PELO OLHAR DOS ESPECIALISTAS

Monografia apresentada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo do CEUB - Centro Universitário de Brasília.

BRASÍLIA
2024

ALEXYA LEMOS ROCHA

JORNALISMO AMBIENTAL: A COBERTURA DE DESASTRES PELO OLHAR DOS ESPECIALISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Jornalismo do CEUB - Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Prado.

Brasília, ____ de _____ 2024.

Banca Examinadora

_____

Prof.(a): Dra. Mônica Igreja do Prado
Orientador(a)

_____

Prof.(a): Dr. Luiz Claudio Ferreira
Examinador(a)

_____

Prof.(a): Me. Gilberto Gonçalves Costa
Examinador(a)

Dedico este trabalho a todos os estudantes e profissionais de jornalismo que, por reconhecerem a urgência da pauta climática e ambiental, foram em busca de mais conhecimento.

E, por mais estranho que pareça, dedico a mim mesma, que nunca me vi capaz de finalizar um trabalho como esse, que não só me dá orgulho, mas que contribui para um tema que tem tanto peso. Que bom que não desisti.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família por sempre incentivarem os estudos e vibrarem comigo em cada pauta ao longo dos quatro anos de curso. Agradeço ao meu pai, Rodolfo, meu irmão, Eduardo, e meus padrinhos, Ana e Calos, que, direta e indiretamente, contribuíram para a minha formação com debates e argumentações pertinentes.

Agradeço primordialmente a minha mãe, Dania, que sem ela talvez eu não tivesse escolhido o jornalismo e certamente sem suas pontuações seria uma profissional menos qualificada. Ver de perto sua dedicação e comprometimento na vida pessoal e profissional foram meus maiores guias e moldaram tudo o que entendo de ética e trabalho duro. Agradeço o incentivo que ela sempre me deu e o entusiasmo que demonstrou desde as primeiras matérias escritas e vídeos publicados. Mesmo com todos os percalços no caminho, eu não teria conseguido sem o seu apoio.

Agradeço ao meu melhor amigo, Vinícius, por sempre me ouvir e estar ao meu lado para tudo nos últimos onze anos. Sua dedicação à vida acadêmica me inspirou muito para finalizar esse trabalho e nossas trocas nos âmbitos pessoal e acadêmico me enriqueceram como pessoa e profissional.

Agradeço ao meu namorado, Henrique, por ouvir meus desesperos em cada etapa desse trabalho e de todas as matérias dos últimos dois anos e me acalmar todas as vezes em que o nervosismo e o cansaço tomaram conta.

Agradeço também à minha professora orientadora, Mônica, por ter me apresentado o mundo do jornalismo ambiental em suas aulas e por ter me mostrado o caminho ao longo desse trabalho.

Por fim, agradeço também a todos os brigadeiros e sorvetes que, juntamente com muita dança, pilates e academia, me forneceram toda a endorfina necessária para concluir esse ano com a maior sanidade possível.

“O jornalista científico, comprometido com o seu tempo, deve estar disposto e capacitado a enxergar além da notícia.”

(Wilson da Costa Bueno)

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de sistematizar as perspectivas de autores e pesquisadores sobre a cobertura jornalística de desastres ambientais. O trabalho busca contextualizar os fenômenos climatológicos com a atuação do jornalismo científico, o papel socioeducativo do jornalismo e os critérios de noticiabilidade a partir de estudos contemporâneos e conceitos clássicos. Com uma seleção de corpus de cinco textos, sendo dois artigos e três vídeos, o estudo usa três categorias para a análise, que são: pauta, contextualização e *timing*. Juntamente a esses tópicos são explorados os conceitos de *gatekeeping*, enquadramento, linguagem alarmista e percepção de riscos dentro da cobertura de desastres. Todos os textos passaram por uma análise temática e cada um possui um capítulo dedicado a apresentar os autores, resumir o conteúdo e detalhar/ressaltar as opiniões e experiências dos especialistas, que, em suma, abordam: uma editoria de meio ambiente com mais destaque, uma maior pluralidade de fontes, uma cadeia de comunicação mais ágil, matérias mais aprofundadas e frequentes, jornalistas mais especializados, mais ênfase no jornalismo de soluções e a não normalização dos desastres climáticos. Em seguida, foi feito um capítulo de recomendações para uma melhor cobertura climática que é resultado direto das análises e de outros materiais consultados pela autora ao longo do semestre. Por fim, concluiu-se que as três categorias analisadas têm extrema relevância na produção das coberturas climáticas e que conceitos jornalísticos já consolidados deveriam se adaptar à pauta das mudanças climáticas para garantir profissionais mais preparados e coberturas que cumprem com o papel socioeducativo do jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; desastres climáticos; cobertura climática; jornalismo científico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 9
1 Tema..... 11
1.1 Pergunta de pesquisa.....11
1.2 Justificativa.....11
1.3 Objetivos.....12
***1.3.1 Objetivo geral*.....12**
***1.3.2 Objetivos específicos*.....12**
1.4 Metodologia.....13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....16
2.1 Jornalismo Científico.....16
2.2 Critérios de noticiabilidade.....19
3 ANÁLISE DOS TEXTOS SOBRE COBERTURA CLIMÁTICA.....21
3.1. Texto 1.....21
3.2. Texto 2.....25
3.3. Texto 3.....29
3.4. Texto 4.....34
3.5. Texto 5.....39
4 RECOMENDAÇÕES 45
CONSIDERAÇÕES FINAIS 47
REFERÊNCIAS.....49

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em uma monografia teórica, com base em pesquisa bibliográfica, que aborda a cobertura jornalística de desastres naturais no contexto do jornalismo ambiental. A pesquisa explora uma variedade de fontes, como livros, artigos acadêmicos, jornais e revistas, tanto digitais quanto impressos, priorizando materiais publicados nos últimos anos, entre 2017 e 2024, para garantir uma análise atualizada e relevante sobre a cobertura jornalística de desastres naturais e sua relação com as mudanças climáticas.

O objetivo deste trabalho é sistematizar as perspectivas de autores e pesquisadores sobre a cobertura jornalística de desastres ambientais e como a mídia tem realizado a cobertura de eventos como enchentes, secas, incêndios florestais e ondas de calor, que estão diretamente associados ao aquecimento global. Esse fenômeno climático tem sido impulsionado pelas atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento para a criação de gado e monoculturas, e o descarte inadequado de resíduos industriais.

Nos últimos anos, essas mudanças climáticas afetaram o Brasil de maneira significativa. O país tem registrado um aumento alarmante de eventos climáticos extremos, como ondas de calor intensas, longos períodos de seca e chuvas torrenciais. Em 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi gravemente atingido por fortes chuvas e enchentes, que resultaram na morte de 180 pessoas e afetaram cerca de dois milhões de habitantes de acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e causaram um prejuízo de R$ 87 bilhões, segundo o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn.

Segundo a Agência Pública, até outubro de 2024, mais de duas mil pessoas permaneciam em abrigos temporários, sem previsão de retorno às suas residências. Muitas das moradias destruídas ainda aguardam reparos, deixando seus moradores em uma situação de vulnerabilidade, vivendo em abrigos improvisados ou em condições precárias. A falta de infraestrutura adequada e a demora na reconstrução agravaram ainda mais a crise, resultando em impactos sociais e econômicos profundos para a população afetada.

Além disso, o aumento significativo das queimadas em 2024 foi alarmante. De acordo com o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(INPE), o Brasil registrou mais de 80 mil focos de incêndio apenas no mês de setembro de 2024, um número três vezes maior do que a média de 2023. O Centro-Oeste, especialmente o Mato Grosso do Sul, foi uma região mais afetada, com um aumento de seis vezes no número de focos de incêndio (INPE, 2024).

Este trabalho é composto por 6 capítulos, nos quais a introdução apresenta um panorama do atual cenário climático global e os impactos no Brasil, com destaque para os desastres naturais de 2024. A fundamentação teórica discute os conceitos de jornalismo científico e ambiental, além de traçar um panorama histórico da evolução do jornalismo científico no Brasil e suas implicações atuais. Por fim, há as recomendações para uma melhor cobertura climática com base nas análises e opiniões de especialistas e as Considerações Finais da autora sobre o tema.

1 TEMA

Estudo sistemático sobre o atual estado das coberturas midiáticas da crise climática.

1.1 Pergunta de pesquisa

O que autores e profissionais da área têm discutido sobre a cobertura de desastres ambientais no meio jornalístico?

1.2 Justificativa

As mudanças climáticas deixaram de ser apenas teorias e especulações há anos, agora, as consequências de décadas de negacionismo global estão se agravando de maneira assustadora. Cidades e população, muitas vezes vulneráveis, ameaças climáticas e eventos extremos com maior frequência, como enchentes, queimadas e ondas de calor. Esses desastres não causam apenas perdas humanas e materiais, mas também geram implicações sociais e econômicas.

Nesse cenário, o jornal especializado em meio ambiente exerce um papel primordial. Ele não apenas divulga a ocorrência desses fenômenos, mas também informa a população sobre locais de abrigo, cobra respostas e ações das autoridades competentes e mantém a sociedade atualizada durante os períodos críticos. Além disso, o jornalismo ambiental tem a responsabilidade de discutir as causas e as formas de prevenção desses desastres antes que eles ocorram, promovendo uma cobertura mais abrangente, que vai além do simples relato dos fatos.

Dessa forma, a escolha por realizar uma monografia conceitual, baseada em opiniões e pesquisas acadêmicas dos últimos dez anos sobre a cobertura jornalística de desastres naturais, visa preencher uma lacuna importante. A pesquisa busca compreender quais critérios os jornalistas utilizam para determinar e divulgar as diretrizes sobre desastres, como a comunicação com a população é conduzida em tempos de crise e quais mudanças são necessárias na prática para garantir uma cobertura mais eficiente e eficaz.

Ao sistematizar essas questões, busca-se oferecer contribuições significativas para aprimorar o trabalho jornalístico na cobertura de desastres ambientais, tornando-o mais eficaz e alinhado às necessidades da sociedade.

A decisão por estudar a visão de jornalistas que pesquisam ou analisam ativamente o meio ambiente na atualidade partiu de um profundo interesse e preocupação da autora sobre o tema e da crescente relevância da pauta ambiental nos meios de comunicação em vista da ebulição climática.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Sistematizar as perspectivas de autores e pesquisadores sobre a cobertura jornalística de desastres ambientais.

1.3.2 Objetivos específicos

- Definir o jornalismo ambiental como uma subespecialização do jornalismo científico, mas que também está dentro de editorias como política e economia;
- Analisar os textos acadêmicos e profissionais que discutem a cobertura jornalística de temas ambientais;
- Relacionar o papel educativo do jornalismo com a abordagem de desastres climáticos na cobertura jornalística;
- Refletir sobre as mudanças sugeridas por autores e pesquisadores para tornar a cobertura da crise climática mais efetiva.

1.4 Metodologia

Para o presente trabalho, a metodologia escolhida para levantamento e análise dos dados foi a pesquisa bibliográfica, considerada um tipo de estudo baseado na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros documentos. Segundo Fachin (2006, p. 119), é “uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber”.

Esse tipo de pesquisa, segundo Lakatos (2017), é utilizado para:

- Contextualizar o problema de pesquisa: para oferecer uma visão ampla e consolidada do tema;
- Revisar o estado da arte: para entender o que já foi investigado, como foi abordado e quais são os principais resultados;

- Fundamentar teoricamente o estudo: para permitir ao pesquisador embasar suas hipóteses e argumentações em referências sólidas e validadas;

Segundo Gil (2019), o objetivo de uma pesquisa bibliográfica é reunir e examinar as contribuições teóricas e conceituais sobre um determinado assunto, a fim de compreender o estado atual do conhecimento e identificar lacunas que possam ser abordadas e exploradas para estudos futuros. Ela pode ser realizada a partir de fontes impressas ou digitais e prima por organizar as informações de uma maneira crítica e sistemática, visando criar uma base teórica consistente para o trabalho em questão.

Assim, foram determinados como critérios de seleção a contemporaneidade do conteúdo apresentado nos documentos e a proximidade dos autores com o tema.

O foco do TCC é em materiais produzidos por jornalistas ambientais e pesquisadores da área nos últimos cinco anos. A opção por esse método relaciona-se intrinsecamente com objetivo de compreender o que os acadêmicos e profissionais da área têm analisado no campo teórico acerca da atual situação da cobertura jornalística de desastres naturais.

O estudo é de caráter qualitativo, com ênfase no estudo documental de artigos, seminários e reportagens por meio de uma descrição analítica (Fachin, 2006). Seguindo os cinco critérios estabelecidos por Gil (2008) para a escolha do tema, quais sejam:

- Interesse do pesquisador;
- Relevância teórica e prática;
- Assunto adequado à qualificação do pesquisador;
- Material bibliográfico suficiente e disponível;
-Tempo e condições de trabalho necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Miles e Huberman (1994 *apud* Gil, 2008, p. 175), há três etapas para a pesquisa qualitativa, que são: redução, exibição e conclusão/verificação.

Na etapa da redução, foi feita uma seleção dos materiais com base em indicações de autores fornecidos pela professora-orientadora e por meio de pesquisa própria da autora do TCC, utilizando critérios como a atualidade das publicações, as qualificações dos autores (carreira e histórico de trabalhos

relacionados) e sua relevância em relação aos objetivos geral e específicos desse estudo bibliográfico do estudo.

Ainda segundo Gil (2008, p. 175):

> Esta redução, embora corresponda ao início do processo analítico, continua ocorrendo até a redação do relatório final. Nesta etapa é importante tomar decisões acerca da maneira como codificar as categorias, agrupá-las e organizá-las para que as conclusões se tornem razoavelmente construídas e verificáveis.

A partir de uma leitura preliminar dos textos, tomou-se a decisão de que a análise se concentrará em três tópicos:

- Pauta;
- *Timing*;
- Contextualização

Para organizar a apresentação, foi feito um quadro que resume e compara as ideias centrais de cada texto a fim de facilitar o esclarecimento do leitor e a análise dos conteúdos.

Em todos os textos leva-se em consideração os elementos comuns entre eles e a relevância de cada uma dessas características para a cobertura jornalística.

O Quadro 1 apresenta os textos que são analisados ao longo do trabalho juntamente com suas informações base.

Quadro 1 — Seleção do corpus de artigos

Título	Autor/a	Região/Ano	Editora	Tipo	Conteúdo
A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo	Eloisa B. Loose; Roberto V. Belmonte; Ângela Camana	Porto Alegre 2017	Revista Famecos (Online)	Artigo	Discussão das relações existentes entre o Jornalismo e a cobertura dos riscos
O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos	Ilza Maria T. Girardi; Eloisa B. Loose	2016	Interin	Artigo	Discussão de que maneira é possível melhorar a cobertura jornalística sobre as mudanças do clima

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 — Seleção do corpus de vídeos

Título	Autor/a	Região/Ano	Editora	Tipo	Conteúdo
Os alertas foram emitidos, e agora?	Reinaldo Estelles; Vagner Anabor; Sílvia Marcuzzo; Luciano Velleda; Márcia Amaral	2024	FENAJ	Vídeo	Diálogo entre jornalistas e especialistas acerca de desastres
O desastre eclodiu. Quais são os protocolos?	Irineu de Brito Junior; Armin Braun; Maria Teresa Cruz; Paulo Mueller; Débora Gallas	2024	FENAJ	Vídeo	Diálogo entre jornalistas e especialistas sobre o pós desastre e cobertura
Voltamos à “normalidade”. Quando o desastre acaba?	Paulo Brack; Victor Marchezi; Karina Gomes Barbosa; Arnaldo Zimmermann Eloisa Loose	2024	FENAJ	Vídeo	Discussão sobre a linha do tempo da cobertura de desastres ambientais pela mídia

Fonte: Elaboração própria.

Retomando Gil (2008, p. 176), “A elaboração da conclusão requer uma revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações”.

Assim, depois de revisar todo o material analisado e textos complementares, a autora do trabalho também reuniu recomendações dos especialistas para uma melhor cobertura da questão ambiental no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para auxiliar na apresentação das leituras feitas para embasar os tópicos de jornalismo científico e ambiental e de critérios de noticiabilidade foi composto o quadro abaixo.

A partir dele, é possível também elucidar a contribuição de cada texto na construção das análises, críticas e recomendações desenvolvidas ao longo do artigo.

Quadro 3- Textos para análise, crítica e recomendações

Título	Autor	Região, Ano	Editora	Tipo	Conteúdo
Jornalismo Científico: conceitos e funções	Wilson da Costa Bueno	São Paulo, 1985	Ciência e Cultura	Artigo	Definição e desdobramentos do jornalismo científico
Jornalismo Científico no Brasil: os desafios de uma longa trajetória	Wilson da Costa Bueno	Salvador, 2009	SciELO	Artigo	Resumo do Jornalismo Científico no Brasil
Jornalismo Ambiental: teoria e prática, capítulos 4, 6 e 10	Ilza Maria T.Girardi; Cláudia H. de Moraes; Eloisa B. Loose; Roberto V. Belmonte	Porto Alegre, 2012	Metamorfose	E-book	Discussões acerca de jornalismo, meio ambiente e cobertura jornalística
The media are complacent while the world burns	Mark Hertsgaard e Kyle Pope	2019	Columbia Journalism Review	Artigo de opinião	A urgência de um jornalismo consciente em meio à ebulição climática
Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro	Ricardo Villar Belmonte	2017	Revista Brasileira de História da Mídia	Artigo	Resumo do Jornalismo Ambiental no Brasil
Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação	Romero et al	São Paulo, 2005	Atlas	Livro	Elaboração de projeto e pesquisa bibliográfica
The media need to cover the climate crisis as seriously as it covered Covid	Mark Hertsgaard e Kyle Pope	2023	The Guardian	Reportagem	O papel do jornalismo na crise climática e vice-versa

Fonte: Elaboração própria.

2.1 Jornalismo Científico

Com base em Barros e Junqueira (2005), para este trabalho, é importante apresentar um pouco da trajetória do jornalismo ambiental no Brasil e como ele está dentro do jornalismo científico para situar o leitor e esclarecer os conceitos que serão abordados.

Em seu artigo “Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma longa trajetória”, Wilson da Costa Bueno (2009) faz um resumo da história do jornalismo científico que elucida o percurso traçado pelos profissionais de comunicação na editoria ambiental desde os primórdios do país.

O escritor começa citando Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense, que, no final do século XVIII, já noticiava, mesmo sem difusão de público, pautas ambientais. “Hipólito da Costa produziu notícias e relatos, especialmente, versando sobre as maravilhas da botânica, da agricultura e sobre as doenças que grassavam ao seu tempo” (Bueno, 2009, p. 115).

Adiante, afirma que

> Há mais de um século, por exemplo, já contávamos com publicações especializadas de prestígio, como os periódicos voltados para a difusão da pesquisa agropecuária, sementes férteis do jornalismo agrícola nacional, como O Fazendeiro (1901) e a importante revista Chácaras e Quintais (1909). (Bueno, 2009, p. 117).

Bueno separa a história do jornalismo científico no Brasil em dois momentos, início da imprensa (1808) até o final da década de 1960 e da década de 1970 até hoje. Ele aponta dois marcos para justificar essa divisão: a multiplicação do número de cursos de jornalismo nas faculdades públicas e o despontamento e consolidação de cadernos e editorias especializados em ciência e tecnologia.

Sobre o papel fundamental da universidade na sensibilização dos futuros jornalistas, ele acrescenta ainda que permite “a prática do jornalismo científico em projetos relevantes, com a participação de alunos e professores de graduação e pós-graduação” (Bueno, 2009, p. 118), o que ajuda na disseminação das pautas científicas pela população.

Segundo Bueno, com o aumento da profissionalização e da segmentação no meio da comunicação, houve uma considerável evolução do jornalismo científico.

Assim, ganharam força editorias dentro do jornalismo científico, como biotecnologia, meio ambiente, pesquisa agropecuária, cosmologia, astrofísica e genética.

No Brasil, isso aconteceu principalmente a partir da década de 1960 por meio das revistas ilustradas, segundo o jornalista e pesquisador Ricardo Belmonte na sua dissertação “Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro” de 2017. Ele explica que o jornalismo científico passou a se diferenciar do ambiental no final da década de 1980 e no início da de 1990, com o marco ímpar da cobertura da Conferência Rio 92.

Com isso, a bandeira ambientalista passou por diversas editorias, entre as mais significativas as de economia e de política, com o propósito de ganhar credibilidade dentro e fora das redações.

> Na época, primeira metade dos anos 1990, ele percebia que os jornalistas que cobriam assuntos ambientais eram pessoas mal vistas, “tratadas como defensoras do exotismo, do primitivismo, do brega, de uma visão exótica, uma mistura de naturebismo com populismo camponês” (Arnt, 1994 *apud* Belmonte, 2017, p. 115).

Segundo o autor, o conceito de jornalismo ambiental não se limita a apenas uma especialização centrada em meio ambiente. Ele é engajado, baseado em fontes diversas e focado na qualidade da vida planetária.

Nas palavras da professora e pesquisadora Ilza Girardi: “O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena.” (Girardi *et al.*, 2012 *apud* Belmonte, 2017, p. 119).

Ainda, dificuldades pré-pauta também se mostram como grandes empecilhos no desenvolvimento e publicação de reportagens ambientais. Belmonte destaca que “nem sempre há tempo e recursos financeiros suficientes para apurar uma pauta de perto com a precisão e a diversidade de olhares que os temas socioambientais exigem” (Belmonte, 2017, p. 117-118).

Por fim, é crucial ressaltar que a pauta ambiental ainda não tem o destaque necessário na mídia que os tempos de ebulição climática exigem não só pelas suas peculiaridades de execução, mas por ser tratada como qualquer outro tema, sem empenhos específicos dos veículos e profissionais.

Petrarca afirma que

> quando o tema ‘meio ambiente’ está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas (Petrarca, 2008 *apud* Belmonte, 2017, p. 112).

2.2 Critérios de noticiabilidade

Para entender a situação da pauta ambiental, e consequentemente da cobertura de desastres no Brasil, é primordial compreender os critérios de noticiabilidade. Um conjunto de características separadas de maneira hierárquica que define qual pauta será noticiada ou não. Nesse subtópico, há uma breve explicação sobre esses conceitos que serão mais bem trabalhados ao longo das análises.

Neste TCC, serão considerados os critérios e a divisão estabelecidas pela pesquisadora Gislene Silva explicados em seu artigo “Para pensar critérios de noticiabilidade” de 2005. São eles:

1) Os relacionados à origem dos fatos (seleção primária dos fatos / valores-notícia), com abordagem sobre atributos como conflito, curiosidade, tragédia, proximidade, etc;

2) Os relacionados ao tratamento dos fatos, centrados na seleção hierárquica dos fatos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até cultura profissional e relação jornalista-fonte e jornalista-receptor;

3) Os relacionados à visão dos fatos, sobre fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público etc.

A autora, depois de analisar inúmeras obras que discutem o conceito, a importância e quais as características que deveriam ser consideradas valores notícia, cria uma tabela comparativa entre 12 estudiosos e seus respectivos critérios (Silva, 2005, p. 102-103). Em seguida, elabora sua própria tabela onde propõe valores macro e valores micro para guiar a seleção noticiosa.

Na tabela proposta por Silva (2005, p. 104-105), que conta com 12 macro e 51 micro critérios, os riscos climáticos entram em apenas quatro critérios segunda a autora deste TCC, para conhecimento:

- Polêmica;
- Conhecimento (pesquisas);
- Surpresa (novidade);
- Governo (interesse nacional)

Já os desastres encaixam-se em nove, que são:

- Impacto (número de pessoas e dinheiro envolvido);
- Polêmica (gera escândalo);
- Conhecimento;
- Raridade (incomum e/ou inusitado);
- Proximidade;
- Tragédia;
- Surpresa;
- Governo;
- Justiça (investigações e denúncias)

Dessa forma, é fácil perceber a dificuldade em emplacar matérias preventivas e de alerta, em comparação com as de desastres que estão acontecendo contemporaneamente. Esses critérios são abordados de modo mais específico nas análises dos textos.

3 ANÁLISE DOS TEXTOS SOBRE COBERTURA CLIMÁTICA

Segundo Lakatos (2017), ao fazer uma análise interpretativa e crítica, o autor deve associar os seus conhecimentos sobre o tema com as ideias expressas pelo texto analisado. E então, a partir dessa associação, fazer críticas acerca da validade, coerência e profundidade dos argumentos apresentados na atualidade. Para isso, antes, o pesquisador deve fazer um resumo para facilitar o entendimento do leitor.

Tendo isso como base, os próximos subtópicos apresentam o histórico dos autores de cada texto, seguido da análise por partes dos pontos principais de cada um, tendo a pauta, o *timing* e a contextualização como pilares, conforme mencionado no capítulo de Metodologia (p.13).

Todos os textos analisados estão organizados e podem ser encontrados no Quadro 2, p.17.

3.1 Texto 1

A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo

Eloisa Beling Loose é pós doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e é membro do grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e da Rede de Emergência Climática e Ambiental (RECA), além de especialista em comunicação climática.

Ângela Camana é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Comunicação e Informação e graduada em Ciências Sociais e em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma universidade, além de pesquisadora em Pós-Doutorado vinculada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa).

Roberto Villar Belmonte é jornalista profissional (PUCRS), especialista em Estudos Linguísticos do Texto (UFRGS), mestre e doutor em Comunicação e Informação, além de professor de Jornalismo no Centro Universitário Ritter dos Reis

em Porto Alegre (RS). Já contribuiu com diversos manuais, relatórios e coberturas ambientais para veículos de grande circulação e ajudou na criação da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, a *Red de Comunicación Ambiental de America Latina y el Caribe (Redcalc)* e da EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais.

No artigo, os autores abordam os silenciamentos do jornalismo (e suas razões de ser) perante as pautas climáticas como fator problema na hora de informar sobre desastres ambientais, uma vez que o jornalismo é um pilar para trazer à tona questões relevantes do tema.

A análise está baseada em três critérios principais: pauta, *timing* e contextualização. Para começar a discorrer sobre pauta nesse artigo, destaca-se que:

> A partir da perspectiva da percepção de riscos, reforça-se a ideia de que o jornalismo participa como um dos fatores que podem gerar ação frente às questões ambientais em razão de seu poder amplificador ou, pelo contrário, contribuir para a não compreensão dos riscos, quando os ignora. (Loose; Camana; Belmonte, 2017, p. 2).

Esse papel catalisador/enfraquecedor é observado há décadas pelos estudiosos do jornalismo, principalmente nas teorias de Gatekeeper (aplicada ao jornalismo pelo sociólogo e comunicador David Manning White) e explorada nos valores-notícia de Traquina (2005).

O conceito de *gatekeeping* na comunicação consiste em passar uma informação por diversos “portões”, que são decisões feitas ao longo do processo de formulação de uma notícia por agentes como o próprio repórter, o editor, o chefe de redação, etc. “Se a decisão for positiva, a notícia acaba de passar pelo ‘portão’; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua ‘morte’ porque a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação. (Traquina, 2005, p. 150).

Essa teoria, apesar de não contemplar todas as razões pelas quais uma notícia vai ou não ser publicada, limitando-se a analisar somente o papel do profissional jornalista pela arbitrariedade e subjetividade que emprega em suas decisões, ajuda a entender como a pauta ambiental tem pouco espaço no dia a dia dos veículos de comunicação. Complexa e muitas vezes presa em teorias ainda não concretizadas, ganham as manchetes apenas as tragédias concretas e irreversíveis.

Nesse sentido, os autores afirmam que o fator do risco climático “pode ser caracterizado como um risco global, invisível, incerto, difuso e não palpável. Do mesmo modo, em geral não podem ser antevistos e mensuráveis, o que remonta à dificuldade do Jornalismo de lidar com o incerto. (Loose, Camana e Belmonte, 2017, p. 10).”

Como empecilho para a produção e divulgação da pauta ambiental também estão os patrocinadores dos veículos noticiosos.

Segundo Loose, Camana e Belmonte (2017, p. 3):

> Há uma seletividade sobre quais deles [riscos] serão expostos. A noticiabilidade do risco não é a mesma para todos os tipos de risco. E quando a origem do risco é um grande patrocinador de empresas jornalísticas, caso da Vale e da Monsanto no Brasil, e da CMPC Celulose no Rio Grande do Sul, o silenciamento aumenta por autocensura.

A normalização dos riscos ambientais é um dos principais fatores que impactam na contextualização dos mesmos como uma pauta digna ou não de virar notícia e ganhar destaque. Conforme Benetti (2010 *apud* Loose; Camana; Belmonte, 2017, p. 5):

> A perversidade dessa lógica [da variação como índice do acontecimento jornalístico], que contra qualquer argumento plausível mantém-se como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem constrangimento, geralmente não têm lugar no jornalismo porque se estabeleceram, historicamente, como invariantes. São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como “parte do sistema”.

Isso ainda se reflete quando se trata de pauta e contextualização em conjunto com os valores notícia. Segundo Loose, Camana e Belmonte (2017), os desastres são vistos pelo jornalismo como interessante, mas a prevenção e estudos anteriores, que poderiam evitar os desastres, não são.

> [...] Os valores-notícia nos quais se ancora o Jornalismo fazem com que se amplifiquem as discussões após a ocorrência de desastres, os quais talvez pudessem ter sido evitados caso as notícias incorporassem a perspectiva dos riscos em seu fazer. (Loose; Camana; Belmonte, 2017, p. 11).

Com um foco travado em questões econômicas e políticas há décadas, o jornalismo ambiental, engajado e responsável, deve repensar os valores-notícia utilizados sob o risco de faltar com seu dever para com a sociedade de maneira catastrófica.

Os autores são categóricos ao afirmar que “o enfrentamento dos riscos não é possível sem a percepção de que ele realmente existe. Quando o Jornalismo se omite ou desconsidera sua potencialidade de visibilizar tais questões, assume que rompeu o compromisso com o interesse público.” (Loose; Camana; Belmonte, 2017, p. 15)

Ainda dentro da contextualização, a linguagem clara e adaptada ao público mostra-se muito mais relevante do que a maneira pela qual é tratada. No artigo, Loose, Camana e Belmonte explicam que não só enquadramentos escolhidos de maneira frívola podem distorcer a compreensão do que é noticiado, mas a falta de adaptação também.

> O Jornalismo, de forma específica, calcado nos seus princípios de credibilidade e de serviço ao interesse público, deve construir notícias sobre riscos que sejam próximas do repertório cultural de seus públicos, de forma a contribuir com a percepção não apenas do risco, mas de sua urgência e, quiçá, de sua necessidade de enfrentamento. (Loose; Camana; Belmonte, 2017, p. 9)

A importância de uma linguagem clara, da diversidade de fontes, de enquadramentos e dos valores-notícia mais focados nos desastres do que nas prevenções são aspectos que também são abordados por Loose e Girardi no próximo texto a ser analisado.

Só é possível discutir e analisar a pauta ambiental e a cobertura de desastres de forma profunda quando os riscos também são considerados, pois, às vezes muito antes dos desastres, os riscos já existem e já são conhecidos pela comunidade científica. “Ao silenciar os riscos, o Jornalismo não só se prepara para cobrir catástrofes, mas ele próprio é cúmplice do desastre.” (Loose; Camana e Belmonte, 2017, p. 12)

3.1.1 Alinhamento com as categorias de análise: pauta, contextualização, timing

Nesse artigo, os critérios analisados foram pauta e contextualização. A relevância da pauta encontra-se no poder expansivo do jornalismo e em seu papel socioeducativo. Contudo, a pauta ambiental em específico encontra grandes dificuldades para chegar ao leitor final por conta da falta de destaque atribuída aos riscos e da seletividade dos patrocinadores.

Já a contextualização dos fenômenos climáticos encontra empecilhos para causar impacto devido a normalização dos riscos, já tão comuns atualmente, e também a falta de diversidade de fontes e adaptação de linguagem. Nesse artigo, a principal mensagem é a da responsabilidade do jornalismo de explorar e se aprofundar na pauta ambiental antes que ele próprio se torne cúmplice dos desastres.

3.2 Texto 2

O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos

Eloisa Beling Loose é pós doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e é membro do grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e da Rede de Emergência Climática e Ambiental (RECA), além de especialista em comunicação climática.

Ilza Maria Tourinho Girardi é doutora em Ciências da Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é professora aposentada da mesma universidade, desde 2021. Ela coordenou o Projeto Observatório do Jornalismo Ambiental e desenvolveu projetos na área de educomunicação socioambiental voltados para estudantes e professores de escolas públicas, bem como para associações comunitárias. É líder do grupo de pesquisa em Jornalismo Ambiental.

No artigo, as autoras buscam instigar novos questionamentos e estabelecer novas premissas jornalísticas para a cobertura ambiental. A partir disso, visam melhorar a cobertura sobre as mudanças do clima com base na literatura que abordam e na percepção de riscos. Ainda, ambas fazem sugestões sobre algumas mudanças que podem ser feitas.

As pesquisadoras começam o artigo retomando parte do histórico do jornalismo com as mudanças climáticas. Matérias sobre o tema explodiram nos veículos após os anos 1980 com o conhecimento do aquecimento global. Contudo, o tema era tratado de maneira esporádica e nunca, até hoje, de modo sistemático. (Hansen, 2010 *apud* Loose; Girardi, 2016).

Salienta-se que o destaque para a pauta ambiental ocorre não pela sua importância e atualidade inerente, mas sim por outras pautas que tangenciam o meio ambiente.

> As alterações do clima se tornam pauta nos veículos de comunicação durante a divulgação de pesquisas e relatórios científicos, desastres climáticos e a realização de eventos políticos que concentram chefes de estado, ou seja, de forma esporádica (Loose; Lima; Carvalho, 2014 *apud* Loose; Girardi, 2016, p. 155).

Pesquisas na área da comunicação sobre a melhor maneira de informar o público, qual linguagem utilizar e a frequência ideal de matérias sobre o tema, por exemplo, ainda são poucas. Contudo, é clara a responsabilidade da mídia para com a população.

Segundo Boykoff (2011, *apud* Loose; Girardi, 2016, p. 157):

> As representações da mídia sobre a ciência e política do clima não conduzem linearmente a opinião pública a uma mudança individual ou social, mas têm provado que são, entre outros fatores, um dos elementos-chave que tem costurado a ciência, a governança e o cotidiano das pessoas sobre a questão climática.

A partir disso, entra em destaque o papel educativo do jornalismo na sociedade, em especial o científico-ambiental. Wilson da Costa Bueno já salientava em seu texto, “Jornalismo científico: conceitos e funções” de 1985, de modo geral, as seis funções do jornalismo: informativa, educativa, social, cultural, econômica e político-social.

Para José Reis (1967, *apud* Bueno, 1985, p. 1426):

> [O] papel que a divulgação científica tem, todo especial, em países pobres ou subdesenvolvidos, com tanta gente sem escola ou precocemente fora dela, porém ávida de saber, ou de ascender por esse meio, podemos exercer, pela divulgação científica ou por outras formas de disseminação do conhecimento, um magistério de insuspeitadas possibilidades.

Mas, como educar? Qual a melhor linguagem a ser utilizada para que um maior número de pessoas entenda o tamanho e a profundidade dos riscos climáticos? Para responder isso, é necessário entender como o público interpreta notícias sobre possíveis riscos.

Citado pelas autoras, Beck (2013) aponta apenas três reações possíveis à divulgação de riscos: negação, apatia e transformação. As autoras afirmam, “Diante dos inúmeros riscos, “naturais” e fabricados, as pessoas tendem a selecionar aqueles que, conforme fatores culturais, sociais e psicológicos, podem realmente representar uma ameaça, ignorando os demais para sobreviver.” (Loose; Girardi, 2016, p. 160)

A maneira e a frequência pela qual a pauta é abordada é determinante para calibrar a reação do público. Por isso, considerar o risco como critério de noticiabilidade deve sempre vir acompanhado de uma análise de outros critérios tão ou até mais relevantes que podem se sobressair, além do público alvo e tamanho do

veículo (local, regional, nacional, etc). Logo, se o risco for considerado contínuo e constante em um dado local, geralmente não é considerado notícia.

> Outro aspecto que deve ser repensado é em relação à frequência do risco e sua construção enquanto normalidade e anormalidade. Se aceitarmos que estamos vivendo em uma sociedade de riscos (BECK, 2010), estes deixam de ser algo excepcional ou raro e passam a ser contínuos e constantes – e o que não foge da regularidade do cotidiano não costuma ser considerado notícia. (Loose; Girardi, 2016, p. 162)

Juntamente com a maneira de abordar está a linguagem utilizada. Na cobertura de riscos e de desastres climáticos, é muito comum o uso de expressões alarmistas, com ênfase somente nos pontos negativos. Contudo, segundo Loose e Girardi, pesquisas mostram que essa abordagem afasta o público.

Segundo O'Neil e Nicholson-Cole (2009, *apud* Loose; Girardi, 2016, p. 163):

> As abordagens que alcançaram engajamento mais significativo possuíam ligações espaciais e temporais com o cotidiano dos participantes. Logo, o sensacionalismo a partir dos efeitos incontroláveis das MCs [mudanças climáticas] não apenas desincentiva mudanças de comportamento, como pode gerar descrença e apatia em relação a todo assunto (já que as pessoas podem vir a sentirem-se muito pequenas diante deste problema global e, aparentemente, incontrolável).

A partir disso, volta-se a atenção novamente para os critérios de noticiabilidade. Uma vez que os riscos não são tão atraentes para o público, as catástrofes, com suas imagens chocantes e números de impacto, servem como gancho para voltar a pautar as mudanças climáticas em posição de destaque nos veículos. (Loose; Girardi, 2016)

Com isso em mente, as autoras retomam Zoccoli-Carneiro (2008), que aponta para a linha tênue da comunicação sensacionalista, que, se feita de acordo com a urgência exigida pela magnitude da situação, pode resultar em reações de transformação, mas, se muito maçante ou pedante, pode se tornar alarmista. Assim, recomenda-se o princípio da precaução.

Segundo Loose e Girardi (2016, p. 165), o princípio da precaução é:

> Moral e político e afirma que, na ausência da certeza científica, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano. Logo, a precaução deveria permear todo o processo jornalístico que está comprometido com o meio ambiente. Desde a proposta da pauta até a apuração dos pontos de vista e contextos dos entrevistados deve ser norteada pelo acautelamento.

Juntamente com o princípio da precaução, é necessário situar os leitores nos âmbitos local e global do fenômeno noticiado. As mudanças climáticas precisam ser

apresentadas de modo que o público entenda exatamente como e em que grandeza é afetado pelo que está acontecendo. As autoras afirmam que “Um dos critérios de noticiabilidade é a proximidade do acontecimento com a realidade do leitor, a qual faz com que as informações divulgadas recebam mais atenção do que aquelas que se apresentam distantes.” (Loose; Girardi, 2016, p. 165)

O tema ambiental exige um enquadramento específico e complexo. Baseado em Porto (2004 *apud* Christofoletti, 2010, p. 54), enquadramentos caracterizam-se como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”.

O enquadramento de desastres climáticos no jornalismo constitui-se um aspecto essencial, pois a forma como esses eventos são narrados pode influenciar a compreensão pública sobre o evento, sua gravidade, causas, o que deve ser feito para amenizar seus impactos e prevenir novos episódios. Esse tipo de cobertura vai além da simples transmissão de fatos: ele pode moldar a percepção pública sobre a responsabilidade, vulnerabilidade, e até sobre ações de resposta e prevenção.

Dentre os tipos de enquadramentos existentes descritos por Danilo Rothberg (Christofoletti, 2010, p. 57), destaca-se o temático para as pautas ambientais:

> O enquadramento temático envolve pluralismo e equilíbrio [...] Fatos e acontecimentos complexos e relevantes devem ser noticiados de maneira abrangente, verificando-se seus antecedentes e implicações, relações historicamente constituídas, etc. Já o equilíbrio é um critério de produção da pluralidade. [...] é preciso identificar as visões que merecem expressão a respeito de um dado assunto. [E também] é preciso planejar como cada uma das perspectivas detectadas deve ser colocada, utilizando-se finalmente as possibilidades de linguagem do jornalismo em um tratamento sério, consistente e ponderado.

E é no entendimento do enquadramento temático que o artigo aborda pauta e contextualização na redação acerca das mudanças climáticas. Ambas afirmam que a ênfase nesse caso deve ser dada sobre os riscos e formas de combate de maneira cautelosa para evitar inadequações e até espaço de fala para negacionistas. “A exposição sobre as circunstâncias e o lugar de discussão do fato auxilia na compreensão correta e evita, por exemplo, que negacionistas recebam o mesmo espaço que a parcela majoritária dos cientistas que estudam o clima.” (Loose; Girardi, 2016, p. 166)

A cobertura da pauta ambiental, para ser eficaz, deve ser ampla e cautelosa, com quem escuta, o que divulga e qual linguagem utiliza. As pesquisadoras afirmam categoricamente que “a maior contextualização nas notícias sobre ciência climática permite ajudar no esclarecimento da lógica científica.” (Loose; Girardi, 2016, p. 166).

Ainda prezando a eficácia da cobertura climática, a pluralidade de vozes que o jornalismo ouve e divulga deve extrapolar os relatórios oficiais do governo e os especialistas. Ao esperar por falas oficiais e pareceres de *experts*, o jornalismo se prende e se atrasa de modo a prejudicar a população e assim, falha em todos os seus papéis. Dar visibilidade a outros atores sociais e garantir uma linguagem inteligível a todos ajuda a romper com a homogeneidade. (Loose; Girardi, 2016)

3.2.2 Alinhamento com as categorias de análise: pauta, contextualização, timing

A partir do que foi apresentado, é evidente o papel da contextualização e da pauta climática de maneira sistemática para que as informações cheguem à população com o enquadramento adequado, com pluralidade de vozes e com informações completas.

> O entendimento de como o meio ambiente está interconectado e é interdependente já possibilita que pautas mais amplas e complexas possam ser propostas. A incorporação do saber ambiental – e de outros aspectos epistemológicos do campo ambiental – na construção da notícia climática, de forma específica, e de meio ambiente, de forma ampla, permitem que haja aprofundamento das questões, além de despertar os profissionais para sua responsabilidade com a disseminação de um outro olhar – no qual o homem não seja apenas o dominador da natureza. (Loose; Girardi, 2016, p. 167)

Por meio do enquadramento temático, ou seja, contextualizado e equilibrado, o jornalismo será capaz de se aproximar de uma cobertura mais responsável e condizente com a importância da pauta climática na atualidade.

3.3 Texto 3

Vídeo: *Os alertas foram emitidos, e agora?*

Debatedores:

Reinaldo Estelles é coordenador-geral de Articulação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC.

Vagner Anabor é membro fundador do Grupo de Modelagem Atmosférica de Santa Maria e há 15 anos atua como professor do programa de pós-graduação em Meteorologia da UFSM.

Sílvia Marcuzzo é mestranda em Comunicação no PPGCom da Famecos/PUCRS e membro do RECa (coletivo de pesquisadores formado após os desastres no RS). Jornalista de Meio Ambiente dedicada a cobertura ambiental desde 1993 já trabalhou para veículos, ONGs, três esferas de governo e tem atualmente atuado como repórter *freelancer* para a Agência Pública, O Eco e Extra Classe.

Luciano Velleda é jornalista pela PUC/RS, atualmente repórter e um dos sócios do Sul21, cobrindo temas ligados ao meio ambiente, saúde, educação e cultura - e cobriu o desastre do RS de perto.

Moderadora:

Márcia Amaral – jornalista pela UFSM/RECA, estuda desde 2011 a cobertura de desastres e seu grupo de estudo intitulado “estudos de jornalismo” questiona o que os desastres fazem com o Jornalismo e o que o jornalismo faz com os desastres.

No primeiro de três vídeos com o objetivo de debater a cobertura climática com jornalistas e especialistas, a conversa promovida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) reuniu dois jornalistas, um meteorologista e um coordenador da Defesa-Civil para falar sobre o momento do pós-alerta do desastre.

Reinaldo Estelles, da Defesa Civil, abre o debate falando sobre a elaboração dos alertas pelas instituições de predição no âmbito local até o momento em que os alertas chegam aos meios de comunicação. Ainda no papel da Defesa Civil, ele chama a atenção para a linguagem que deve ser utilizada nos alertas, simples e clara, além de abordar o que deve ser feito pela população diante da situação.

E é na divulgação do que fazer e quais procedimentos adotar no pré-desastre diante dos alertas governamentais que o especialista vê o papel do jornalismo e das mídias sociais.

Com as diversas camadas de comunicação quando o desastre eclode, entre a jornalística (in loco e a distância), a populacional (afetada e não afetada) e de coleta de dados por órgãos governamentais, Estelles determina algumas prioridades:

> Numa situação desastre, a gente precisa evitar fundamentalmente a desinformação, que é algo que vem se tornando muito comum. Mais uma vez com as redes sociais, a gente tem uma amplitude de desinformação ao mesmo tempo que a gente tem uma amplitude de informação realmente divulgada. E também de fragmentação de informações que, no final das contas nos mostram um contexto que não necessariamente vão corresponder à realidade.

O coordenador reconhece a corrida contra o tempo travada pelos meios de comunicação para informar da maneira mais completa e mais rápida a população. Na sua perspectiva, os jornalistas devem conjugar a qualidade da informação, evitando fragmentações e notícias inverídicas, e o *timing* do que é publicado.

No segmento, a jornalista freelancer e especialista em cobertura de meio ambiente, Silvia Marcuzzo fala sobre a dificuldade em “vender” a pauta climática para os veículos, que exigem temas ainda não abordados, com diversidade de fontes e bons argumentos.

Ainda, ela aponta para o problema do *timing* na divulgação de informações confiáveis. “Muitas vezes, as informações importantes [eles] esperavam para o governador dar, para o prefeito dar…. e, muitas vezes, na hora de um alerta, o pessoal da Defesa Civil tá atendendo o chamado e não tem condições de atender a imprensa.”

Nesse cenário, os jornalistas locais, para publicar as informações confiáveis de modo rápido, devem buscar fontes alternativas que concordem em falar, o que pode colocar não só as fontes, como eles mesmos em perigo. “A gente que é freelancer também tem que se preocupar muito com a nossa segurança, porque se acontece qualquer coisa conosco, é a gente que vai ter que arcar. E aí vem a situação da fragilidade da nossa profissão diante desse cenário”, explica a jornalista.

Marcuzzo afirma que:

> É um assunto extremamente importante e que [...] todos precisam estar cientes da importância de ter um jornalismo independente e que não esteja atrelado a interesses, porque hoje tem muita coisa acontecendo, muita desinformação e muita informação relevante que não é divulgada.

Na sequência, o meteorologista Vagner Anabor utiliza de sua experiência na Universidade de Oklahoma e no Laboratório Nacional de Tempestades Severas nos Estados Unidos para falar da importância de uma boa cadeia de emissão de alertas e das simulações feitas pelo corpo de bombeiros regularmente nos trabalhos e escolas nos Estados Unidos.

Sobre *o timing* de emissão de alerta de desastres, Anabor explica que

> Uma cadeia de comunicação boa para um sistema de desastres é uma cadeia de comunicação curta. Então, no sistema de emissão de alertas, o jornalismo como a gente tá discutindo aqui ele não existe. O governador ele não existe, o prefeito ele não existe… o que existe é o serviço de meteorologia informando o alerta ao órgão responsável e esse alerta sendo transmitido imediatamente através de rádio, TV e celulares aonde quer que seja. Ele informa a latitude e a longitude e interrompe imediatamente todos os canais de comunicação.

Além de uma cadeia curta de informação, Anabor destaca que as informações devem ser constantes inclusive durante o desastre, alimentadas e acompanhadas por profissionais meteorologistas/engenheiros hidrólogos. Ainda, ele reforça a urgência de jornalistas do clima com conhecimento do assunto para que deem a devida importância e informem as pessoas corretamente da magnitude de certos eventos.

Ao final de sua primeira fala, ele diz que “O mais importante de tudo que eu aprendi com os jornalistas e esses modelos de comunicação de ‘quem diz o que para quem’ é que você precisa ter um feedback e hoje com as redes sociais a gente tem como [ter esse feedback]”.

Na sequência, o jornalista do portal Sul21, Luciano Velleda, fala como, apesar de o portal onde trabalha valorizar a cobertura da pauta climática, a ação de órgãos governamentais e responsáveis, como a Defesa Civil, dificulta o trabalho jornalístico ao divulgar informações erradas ou de maneira atrasada, impedindo o trabalho dos jornalistas e prejudicando as pessoas afetadas.

Apesar disso, Velleda acredita que, nos últimos anos, a pauta ambiental ganhou mais espaço nos veículos de notícias, mas que a evidência dada a ela varia muito a cada veículo.

O meteorologista Vagner Anabor posteriormente sugere uma especialização para o jornalista que cobre o tempo/clima. Ao contrário do que acontece há décadas, do jornalista responsável por informar o tempo ter uma posição tratada como inferior

e de início de carreira, que ele fosse especializado no tema para abordá-lo com a seriedade necessária.

Coordenador da Defesa Civil, Reinaldo Estelles reitera o papel dos jornalistas e dos meios midiáticos para informar a população de maneira clara, apesar de discordar na necessidade da tamanha especialização proposta por Anabor. Por entender a existência de uma cadeia política de fatos, ele sugere a união de outros ministérios governamentais para promover mais agilidade no caminho que as informações fazem até alcançarem a população.

Sobre o papel do jornalista na cobertura, ele afirma que:

> A parte de divulgação e entendimento de informações pelos órgãos de comunicação, pelos jornalistas, é fundamental [...] Os jornalistas muitas vezes chegam antes no desastre do que as defesas civis, a ponto de chegar no desastre e perguntar para o jornalista 'Vem cá, como é que tá aqui?'

Em sua fala final, Marcuzzo afirma que, para a cobertura ambiental deve ser uma pauta permanente. Ademais, ressalta que:

> É fundamental a gente saber e ter a capacidade de saber perguntar as perguntas certas. Nós estamos vivendo um momento de desinformação que sai da boca de autoridades. Então é muito importante que a gente saiba perguntar. Outra coisa que eu acho fundamental o estabelecimento de redes e colaboração entre nós jornalistas. Saber quem é bom para falar sair das fontes que são sempre as mesmas que falam.

Autodeclarado pessimista, Ricardo Velleda encerra sua fala explicitando o desequilíbrio de forças entre jornalistas e veículos que querem cobrir pautas ambientais e o poder do agronegócio, especialmente no Sul:

> A imprensa é um agente que faz parte desse jogo de poder. Então temos um longo caminho para fazer com que uma parte maior da população entenda, compreenda e desperte para fazer essa relação de o que que significa uma expansão da fronteira agrícola, a perda do bioma de Mata Atlântica, a expansão da produção uma fábrica de celulose, por exemplo, e o que que isso tudo tem a ver com o meio ambiente, com a chuva, com a perda de mata ciliar, com a enchente da sua cidade, da sua casa. É um longo o caminho que nós temos ainda pela frente.

3.2.2 Alinhamento com as categorias de análise: pauta, contextualização, timing

Essa primeira live da FENAJ aborda principalmente os critérios de pauta e *timing*. Ao longo das falas dos profissionais, fica claro como "vender" a pauta ambiental dentro das redações ainda pode ser difícil. A partir do debate, fica claro como a pauta climática deve ser uma editoria permanente nos veículos grandes e

pequenos para possibilitar uma maior contextualização e ainda incentivar uma maior especialização por parte dos jornalistas.

Ainda, fica evidente o quão importante é levar a informação de maneira ágil para o público, tanto antes quanto durante e após o desastre para garantir a sobrevivência do maior número de pessoas. O *timing* das notícias ambientais precisa ser mais ágil e direto, sem ficar presa a comentários de órgãos oficiais e dos governantes.

Por fim, a contextualização é abordada de maneira breve, pontuando o desafio de fazer a população compreender a relação dos fenômenos climáticos e desastres com fatores cotidianos aparentemente não relacionados, como o surgimento de novas barragens, fábricas de celulose e outras indústrias.

3.4 Texto 4

Debatedores:

Irineu de Brito Junior é especialista em gestão de desastres e atua na Universidade Estadual Paulista (Unesp), também é professor de Logística Humanitária em programas de pós-graduação na Unesp e na USP, além de atuar na Defesa Civil e no United Nations World Food Program.

Armin Braun é diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o CENAD, além de integrar o quadro do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo e de atuar na Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil desde 2009.

Maria Teresa Cruz é jornalista de meio ambiente, formada pela Casper Líbero há quinze anos e especialista em segurança pública e direitos humanos.

Paulo Mueller é jornalista há doze anos, com passagens por rádio e televisão e cobriu diversos ambientais desastres em Santa Catarina.

Moderadora:

Débora Gallas é jornalista integrante da Rede de Emergência Climática e Ambiental (Reca) e também faz parte do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (GPJA).

No segundo dia de evento, a FENAJ convidou dois especialistas em gestão de risco e dois jornalistas com vasta experiência em cobertura de desastres climáticos para falar sobre os protocolos jornalísticos após a eclosão dos desastres e como a pauta segue em evidência após o auge da catástrofe.

Armin Braun abre a mesa de debate reconhecendo o papel do jornalismo no desenvolvimento do senso de percepção do risco da população frente aos desastres. Como um país que, apesar de sofrer com eventos climatológicos adversos, como denomina, não está acostumado com grandes e frequentes impactos, a percepção de risco do brasileiro ainda carece robustez.

Como parte do aparato governamental que monitora e gerencia os alertas (CENAD), Braun ainda discorre sobre as novas maneiras que estão surgindo para alertar a população dos desastres a partir de difusão massiva via celular.

Paulo Mueller toma a palavra para falar da rotina na redação quando ocorre um desastre. Sem protocolos estabelecidos, ele dá exemplos em que, além de estar atentos à pauta, também teve que prezar pela própria segurança. Similar à fala da jornalista Silvia Marcuzzo no primeiro dia de evento, ele afirma que, com poucas instruções de órgãos competentes, os jornalistas tinham que se preocupar em prestar informações à população e se manterem seguros em condições anômalas.

Com poucas informações e falas oficiais, e ainda sem protocolo, Mueller informa que age a partir do instinto para cobrir a pauta. Depois de garantir a própria segurança, "A gente vai pra rua e aí a gente vai meio que no instinto [...] então não há um protocolo fixo de como que a gente vai fazer aquela cobertura nesse momento".

Apesar disso, para Mueller, a questão principal de falha do jornalismo é a cobertura do pós-desastre.

> A gente acaba focando muito no factual daquele momento, aquela cobertura é instantânea do que está acontecendo. E aí a gente acaba, depois de dois meses, esquecendo o que aconteceu e acaba esquecendo de que é preciso trabalhar outro ponto, que é o que a gente vai fazer para não acontecer aquilo de novo ou mitigar aquela situação. E a gente acaba esquecendo, a gente vai lá e faz o aniversário do desastre [...] faz uma cobertura resgatando os personagens e é isso. Então a gente acaba não aprofundando um pouco mais essa questão e deixando até mesmo de cobrar quem de fato deveria melhorar essa situação, melhorar esse atendimento para a população.

Na sequência, o especialista em gestão de desastres, Irineu Brito, inicia sua fala afirmando como os processos de resposta aos desastres no meio logístico começam antes da eclosão. E como as ações que se seguem dependem de qual tipo de desastre aconteceu. Nesse contexto, ele afirma que “O termo ‘desastre natural’ já está em desuso. O desastre pode ser iniciado por um fenômeno natural, mas as causas, o que leva aos desastres, são fatores antropogênicos ou antrópicos.”

Posteriormente nesse mesmo tópico, Brito explica que ocorre uma simplificação da mídia ao falar em “desastre natural”, mas que, na realidade, não é verdadeiramente natural. Ele reitera:

> O desastre não é natural. O desastre só acontece porque pessoas estão ocupando aqueles locais muitas vezes. [...] Não é natural que um desastre aconteça, mas se faz uma simplificação do termo que na verdade [quer dizer] que [o desastre] tem, na sua causa primária, um evento natural.

Em meio a fenômenos lentos e súbitos citados, que demandam respostas distintas tanto das autoridades quanto da impressa, Brito explicita que protocolos internacionais de como os jornalistas devem agir durante o período crítico existem. O Manual Esfera e protocolos da ONU e da Cruz Vermelha são os exemplos mais conhecidos.

Contudo, ele analisa que a problemática permanece, porque “a gente já viu diversos protocolos muito bem escritos, só que protocolo com 72 páginas. Então, no momento de desastre, ninguém vai ler aquilo”.

Com a palavra, a jornalista Maria Tereza Cruz fala sobre a importância do planejamento na hora de cobrir tragédias. “A gente tem que equilibrar agilidade, rapidez e qualidade de informação, porque como alguns colegas disseram, em todas [as tragédias], sem exceção, houve a propagação de fake news.”

Para combater a disseminação de notícias falsas, ela afirma que:

> Você tem que você tem que conseguir chegar no local, porque senão você não vai conseguir fazer uma checagem adequada à distância e, nesse imediato pós tragédia, isso é importante. Essa é a parte fundamental para você diminuir essa propagação.

Ademais, Cruz retoma a questão de abandono da pauta de desastre iniciada pelo jornalista Paulo Mueller e classifica que o jornalismo sofre de “memória curta”.

Sucintamente explica que

> As pessoas se comovem num primeiro momento e depois aquela pauta é abandonada, seja engolida pelo noticiário, seja por interesses escusos do próprio grupo de comunicação, seja por falta de braço quando a gente tá falando da mídia independente… então é manter esse assunto no ar e, a posteriori, que a gente vai buscar a responsabilização das cadeias de comando.

Maria Tereza conta que, na sua experiência, o jornalista se beneficia ao priorizar falar com a população afetada, como fontes primárias que são, do que com as fontes “oficiais”, que estão sem tempo e condições de atender à imprensa por estarem, eles mesmos, entendendo o que deve ser feito e, muitas vezes, sem ter o preparo prévio necessário.

Ainda, ela aborda o problema da contextualização dos alertas e dá ideias para solucionar esse problema com um exemplo:

> O que são 700mm de chuva? Que foi o que choveu em algumas horas de São Sebastião. Para mim, não significa nada, eu não sou especialista. E como você consegue dimensionar isso na informação e coletivizar de maneira não a tornar um desespero, um pânico geral, mas trazer essa informação. Um caminho talvez seja você, em vez de dizer que é 700mm e ponto, é dizer que a última chuva que arrasou a cidade de São Sebastião, na década de 60, choveu muito próximo disso e até menos.

Cruz ainda trata do constrangimento organizacional dentro das redações que, muitas vezes, impede os jornalistas de cobrir ou usar determinadas expressões na cobertura das chamadas “tragédias-crime”, como nos casos de Brumadinho, São Sebastião e Rio Piracicaba, que só ocorreram por corte de verbas das empresas responsáveis.

Em sequência, todos os profissionais convidados debatem a importância da transparência tanto do governo, em especial do Ministério Público que lida com licitações emergenciais e coordena a ordem de chegada de auxílio, quanto dos veículos de mídia, para que divulguem de maneira clara e acessível as informações mais atualizadas.

Além disso, destaca-se o papel do preparo prévio e preventivo, com coleta de dados e alertas antecipados que, na hora do desastre, ajudam a salvar vidas ao possibilitar a evacuação ou até mesmo evitam o agravamento das consequências dos fenômenos climáticos inevitáveis.

Os profissionais afirmam que, apesar da prevenção não ganhar o espaço que deveria nas redações por não captar tanto interesse (critérios de noticiabilidade), uma vez que não é possível comprovar o tamanho de seu futuro impacto, ela merece estar nos holofotes das notícias para cumprir o propósito social e informativo do jornalismo.

Matérias sobre doações (o que pode ser doado, como deve ser enviado e o que está em alta necessidade) e atualizações ao vivo do que aconteceu são essenciais no momento pós eclosão. Maria Tereza Cruz afirma que:

> Tem que investir em matéria didática. Quer dizer, o que se sabe até agora da tragédia, quais são os postos de doação confiáveis, “conheça as principais ONGs”. Eu acho que, se existe uma contribuição imediata quando a tragédia eclode, é no sentido de comunicação, é essa, informar, serviço.

Por fim, Mueller encerra comentando sobre algumas insensibilidades por parte dos jornalistas na hora de falar com os atingidos pelos desastres. “A gente já vai estar invadindo o espaço para tentar conhecer a história daquela pessoa e a gente às vezes não respeita aquela tragédia”. Para tratar disso, o jornalista sugere um debate ético entre os próprios profissionais.

3.4.4 Alinhamento com as categorias de análise: pauta, contextualização, timing

Nesse vídeo, os três pilares analisados (contextualização, *timing* e pauta) são contemplados em diferentes camadas. O papel educativo do jornalismo encontra-se no dimensionamento correto do desastre, ou seja, na contextualização do que houve e o que deve ser feito a partir dali. Mesmo sem protocolos claros e práticos, os jornalistas, ainda mais os experientes, seguem seus instintos e se apoiam em contatos confiáveis para redigir as primeiras matérias pós-desastre.

Para prevenir fake news, os repórteres têm que mostrar organização e agilidade, com reportagens *in loco,* frequentes e não dependendo apenas de fontes governamentais para colher pronunciamentos num *timing* adequado.

É relevante para o pilar da contextualização e da pauta também abordar os constrangimentos organizacionais dentro das redações, que muitas vezes impedem ou dificultam o processo de informar e atualizar a população com os termos e expressões necessárias para cada desastre.

3.5 Texto 5

Voltamos à “normalidade”. Quando o desastre acaba?

Debatedores:

Victor Marchezini possui 20 anos de experiência com sociologia dos desastres, é especialista em reconstrução e recuperação pós desastre e atualmente coordena um projeto com apoio da FAPESP de preparação para eventos extremos.

Arnaldo Zimmermann é jornalista, radialista, professor universitário e pesquisador com quase 40 anos de experiência em comunicação, além de contar com diversas coberturas de desastres em Santa Catarina.

Karina Gomes Barbosa é jornalista e professora do curso de jornalismo e do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, onde desde 2015 apoia a cobertura do crime-catástrofe que abalou a cidade.

Paulo Brack é professor e pesquisador na área de políticas públicas em biodiversidade e meio ambiente da UFRGS.

Moderadora:

Eloisa Beling Loose é pós doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e é membro do grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e da Rede de Emergência Climática e Ambiental (RECA), além de especialista em comunicação climática.

No terceiro e último dia de evento, a FENAJ convidou dois jornalistas com vasta experiência em cobertura climática de desastres e dois especialistas em desastre e meio ambiente para falar da fase final do desastre e de quando exatamente ele termina.

Para iniciar o debate, Victor Marchezini explica que o fim oficial de um desastre varia por classe social. Respaldado pelo e-book “Abandonados nos desastres” do Conselho Federal de Psicologia, ele explicita como a solidariedade para com a população afetada e a visibilidade do desastre tem vida curta.

Quando a pauta passa, as pessoas atingidas seguem vivendo um cenário de precariedade repleto de problemas de todos os âmbitos. Marchezini cita alguns, como a questão de falta de abrigo, de saúde prejudicada, de auxílio governamental insuficiente, de desassistência psicológica, de falta de dados e monitoramento da reconstrução, de falta de emprego, entre muitos outros.

E são justamente esses aspectos que não aparecem nas pautas dos principais veículos, retomando o que foi dito no vídeo anterior. O jornalismo peca ao limitar-se a número de mortos e perdas financeiras, quando poderia e deveria focar também em fatos que atravessam as pessoas atingidas até mais do que se imagina. Isso porque é através dos aspectos supracitados que eles conseguirão reconstruir suas vidas.

Arnaldo Zimmermann expõe as quatro fases em que dividiu a cobertura de desastras a partir de pesquisas feitas com o público da rádio diante de desastres em seu mestrado:

- Alerta (desconhecimento e incerteza sobre o que está acontecendo);
- Socorro (eclosão do desastre e os momentos de grandes perdas de vida e propriedade);
- Solidariedade (resgate de pessoas e animais ainda presos nas áreas atingidas);
- Reabilitação (fase final do desastre, mas que ainda não acabou, momento em que o público quer retomar a rotina)

Há quarenta anos na rádio, Zimmermann afirma que “rádio é puramente serviço e utilidade pública”, logo, manter a pauta viva não é dificuldade. Inclusive, é logo após a eclosão do desastre, quando se perdem meios de contato com a população, que por vezes fica sem eletricidade e internet, que os radialistas mais trabalham para checar informações e levar as últimas notícias ao público.

Em seguida, o jornalista fala de outras pautas que surgem do desastre, como a cobertura e fiscalização dos auxílios e contratos governamentais, juntamente com falas de especialistas e a chamada “mediação da opinião pública”, quando ocorre uma avaliação geral do desastre, suas causas, consequências e culpados.

Arnaldo finaliza sua primeira fala explicando que a verdadeira dificuldade é manter viva a memória dos desastres:

> Então esse é o nosso desafio, manter viva essa memória, porque o que a gente notou, principalmente no desastre de 2008, foi [...] que em pouco tempo a maior parte da população já não lembrava mais do desastre. Os terrenos que foram interditados daqui a pouco já voltavam a ficar com a plaquinha de 'vende-se'. As pessoas voltavam a tentar ocupar, cometer os mesmos erros de novo paralelamente enquanto ainda existiam pessoas nos abrigos lá em 2008. As pessoas ficaram nos abrigos públicos aqui por cerca de um ano que a maior parte da população já estava com a sua rotina totalmente restabelecida.

O pesquisador Paulo Brack faz um resumo do porquê é desafiador cobrir a pauta ambiental, recapitula algumas tragédias recentes que ocorreram no Sul e ainda reforça outros pontos que foram abordados anteriormente pelos convidados, como a questão da normalização dos desastres, a falta de contextualização por parte da mídia e a efemeridade da solidariedade.

Para ele, o ponto principal é a falta de aprofundamento do jornalismo que não tem fôlego para nadar contra a maré, contra indústrias "energívoras, ecocidas e perversas", e concessões governamentais que apenas estimulam a manutenção desse sistema negacionista e letal.

> Os setores econômicos que comandam esse país, eles continuam sendo negacionistas, eles dobram a aposta e se você atacar, fizer uma crítica a eles, não existe espaço para diálogo. É muito triste o que a gente vê do ponto de vista econômico e do ponto de vista governamental também. Os jornalistas são heróis aqui no Brasil e quanto mais você se aprofunda, mais fala a verdade, menos trabalho tem.

Karina Barbosa, que traz consigo mais de nove anos de experiência cobrindo um desastre (rompimento da barragem de Mariana que deixou 19 mortos, milhares de desabrigados, três desaparecidos e danos ambientais irreparáveis), questiona quando, de fato, a tragédia acaba:

> O que é que demarca um pós-desastre? É uma reparação integral? Mariana não teve. É justiça? Ninguém foi preso, ninguém foi julgado, não há nenhuma condenação, nenhum acordo jurídico final. Foi estabelecido um reassentamento? O reassentamento está atrasado. As casas estão sendo entregues com uma série de problemas, há diversos problemas no estabelecimento a que que as pessoas têm direito.

Engajada e ativa na cobertura do cotidiano dos moradores locais afetados, Karina fala como, no aniversário do crime-catástrofe, diversos veículos noticiosos se deslocam para cobrir a pauta. Contudo, abordar o que acontece e até hoje se

desenrola em Mariana é tratar de algo muito maior do que uma situação que já foi superada.

Ainda, ela trata da questão da construção de confiança entre jornalista e pessoas atingidas ao longo do tempo. O jornalista, ao acompanhar de perto não só o desastre, mas também o dia a dia de quem continua sofrendo e lutando para se reestabelecer, das festividades locais às comissões dos atingidos, é o que “mantém vivo o debate”, segundo Karina.

Sobre o modo pelo qual essas coberturas devem ser feitas, ela enfatiza que:

> Quando a gente vai cobrir essas comunidades atingidas, essas pessoas que sofreram tanto, a gente tem que fazer uma cobertura que honre os mortos e respeite as lutas de quem tá vivo. Muitas dessas pessoas a gente vê aqui que eram agricultoras, donas de casa, aposentados, avós, pais, mães e que tiveram que se fazer ativistas, que se forjaram na luta a partir da dor. A gente precisa respeitar isso, reconhecer isso.

Na sequência, Barbosa aborda o que considera ser o maior desafio do jornalismo: como lidar com atores sociais de grande poder econômico como o governo e as grandes empresas transnacionais responsáveis “por violações, por mortes, por extinções de ecossistemas, por destruição de modos de vida de comunidades tradicionais, indígenas, rurais, semirrurais e por alterar o PIB de cidades ao longo de bacias hidrográficas.”

Para a especialista, tudo começa com questionar a credibilidade das fontes, principalmente quando informações vem das próprias empresas transnacionais. Categórica, ela explica que “a gente precisa tensionar essas fontes, elas são muito confortáveis no debate público. A palavra delas, as notas institucionais, os posicionamentos, eles não são questionados do modo como deveriam ser.”

Em seguida, a professora fala da desumanização da pauta, fenômeno que é combatido em pequena escala por jornalistas locais que, sem verbas e recursos, tentam convencer grandes veículos a fugir das datas de “aniversário” do desastre e de fato se aprofundar na vida das pessoas atingidas.

> Cada vez menos pessoas atingidas são ouvidas porque a cobertura vai se focando muito em aspectos jurídicos e financeiros. Então a gente vem tentando fazer essa atuação pontual, quase como se a gente no território fizesse sempre jornalismo e um pouco de assessoria tentando vender essas pautas.

Para encerrar a primeira parte de sua fala, Karina enaltece a responsabilidade ética inerente ao jornalismo, mas que deve ser ainda mais enfatizada em coberturas de desastres. “Cobrir esses eventos extremos que vão afetar a vida dessas pessoas, a gente não sabe por quanto tempo [...] demanda tempo, demanda um compromisso e um mergulho no território.”

Agora tratando de quais fontes devem ser ouvidas depois da eclosão do desastre, Barbosa indica as comissões de atingidos, o Ministério Público e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), que segundo ela “são entidades do terceiro setor, escolhidas ou acionadas a partir da Justiça, para acompanhar como terceira parte o atendimento às demandas de reparação”. Para a especialista, acompanhar essas assessorias permite aos jornalistas conhecer pautas que, de outro modo, não chegariam ao seu conhecimento.

Além dessas fontes, ela também enaltece o papel das universidades e de colegas de outras áreas, como história, direito, pedagogia e serviço social, para aprofundar a conexão com a população e sair da superficialidade a partir dos olhares de outros profissionais.

Agora com o tema “bases de dados sobre os desastres”, o especialista Victor Marchezini também enaltece o papel das universidades em construir um banco de dados confiável e que se mantenha ao longo do tempo. Com exemplos, ele demonstra como a parceria entre a comunidade científica e o governo já foi benéfica para manter a transparência de recursos doados e de progresso nas ações de reconstrução governamentais.

Com a palavra, o pesquisador Paulo Brack fala sobre a importância do jornalismo independente e de buscar fontes internacionais oficiais. Com diversos exemplos em que grandes corporações influenciaram a ação de jornalistas e organizações criadas para fiscalizar e aprovar projetos com potencial destrutivo do meio ambiente, Brack é contundente ao afirmar que “a gente vive ainda em muita desinformação” e que buscar fontes em universidades e entidades ambientalistas é o melhor caminho.

Na sequência, Arnaldo Zimmermann fala sobre parar de basear a pauta apenas na eclosão do desastre, como um “gancho”. Pesquisador e professor, ele reafirma o papel dos estudos acadêmicos sobre causas, prevenção e impactos de desastres

como formas de colocar o tema em pauta sem necessariamente depender de um desastre. Ainda, reforça como os portais de transparência acessíveis a todos os veículos, não apenas aos grandes, são pilares de uma boa cobertura, garantindo que profissionais não fiquem restritos a falas oficiais e *releases*.

Nas considerações finais gerais, os painelistas reiteram pontos que foram explorados ao longo do debate, como a conexão entre jornalistas e população afetada, que se fortalece a ponto dos próprios atingidos terem influência nos enquadramentos das pautas. Além disso, citam a questão de saúde mental de quem cobre os desastres, que precisa ser mais debatida no meio. Por fim, abordam a democratização das informações por meio dos portais de transparência acessíveis para possibilitar uma maior prevenção de desastres e uma cobertura mais completa.

3.5.5 Alinhamento com as categorias de análise: pauta, contextualização, timing

A partir disso, é possível perceber como a pauta, a contextualização e o *timing* são aspectos relevantes no debate pós desastre. A pauta como algo que deve ser defendido e ampliado. Um grande desafio que foi abordado é a de manter a memória do desastre e de seus afetados viva ao longo do tempo de maneira respeitosa e não apenas falando de aspectos políticos e financeiros.

A contextualização mostra-se como modo de prevenção e de escuta da população afetada e suas necessidades. Além disso, é papel do jornalista mostrar aos não atingidos as nuances do desastre, bem como aprofundá-lo de maneira a contribuir na prevenção de futuros desastres.

Destaca-se novamente a importância da pluralidade de vozes (como assessorias, o MP e universidades) a serem ouvidas e da credibilidade que as empresas responsáveis tem ou não em suas declarações. Ainda, é levantada a questão da não normalização dos desastres por meio da mídia.

E o *timing* é apresentado como parte importante da cobertura diretamente ligado à defesa e perenidade da pauta, que não deve se limitar aos “aniversários” dos desastres e a ganchos de outras editorias.

4 RECOMENDAÇÕES

Baseado em todos os materiais que foram consultados para a escrita desse trabalho, mostrou-se de grande valia a criação de uma coletânea de recomendações de especialistas em cobertura climática e ambiental para nortear coberturas futuras.

Após leitura, análise e interpretação de referências nacionais e internacionais, a autora dessa pesquisa bibliográfica reuniu, sem ordem de importância, as seguintes recomendações.

- Tratar a pauta climática como a de política e economia (frequente, com linguagem acessível e detalhada);

- Ter profissionais com conhecimento prévio e preparados para defender a pauta e tratar de diferentes temas pela perspectiva ambiental;

- Prezar por uma cadeia de informações ágil e direta;

- Mais incentivo para o jornalismo independente (Covering Climate Now, site do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental e site da Silvia Marcuzzo);

- Priorizar a pluralidade de vozes para falar nas matérias pós-desastre (Ministério Público, Assessorias Técnicas Independentes e pesquisadores);

- Humanizar as pautas e não normalizar os desastres;

- Mais ênfase no jornalismo de solução e menos na linguagem alarmista.

Os jornalistas Mark Hertsgaard e Kyle Pope (criadores do portal “Covering Climate Now”) resumiram bem em seu artigo para o portal *The Guardian,* em 2023, o que precisa acontecer para mudanças reais começarem a se desenrolar em todo o mundo na questão ambiental:

> “Com o planeta em chamas, uma maior e melhor cobertura noticiosa é em si uma solução climática essencial. Só quando o público geral compreender o que está acontecendo, porquê e o que precisa ser feito, é que um número suficientemente grande de pessoas poderá forçar os governos e as empresas a mudar de rumo.” (tradução própria)

Sobre a pauta – considerando o que foi lido, analisado e discutido pelos autores do corpus da pesquisa, recomenda-se que a pauta climática seja, antes de tudo, perene e profunda. É por meio de matérias regulares, baseadas em estudos e com linguagem acessível e direta, que a mensagem terá a maior chance de ser entendida claramente.

Sobre contextualização - a partir do que foi lido, a importância da contextualização foi a mais evidente. Recomenda-se que o jornalista aborde várias fontes e não se prenda às oficiais, bem como não banalize o desastre. Que ele seja capaz de dimensionar a catástrofe, bem como possa abordar meios de prevenção e debater/cobrar o que será feito após a eclosão.

Sobre *timing* – fontes nacionais e internacionais são claras ao apontarem para uma cadeia de comunicação rápida e direta, que possibilita a sobrevivência do maior número de pessoas. Assim, recomenda-se que os jornalistas busquem fontes confiáveis (entre assessorias, ministérios, universidades e os próprios afetados), além de manterem uma rede de apoio entre si para priorizarem informações vindas de profissionais *in loco.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar diversos materiais atuais de jornalistas e pesquisadores que atuam ativamente na cobertura climática/ambiental, nota-se que o tema já é discutido há muito tempo, mesmo sem receber a devida importância tanto no meio profissional como no social.

A complexidade da cobertura de um desastre ainda fica concentrada apenas no momento da eclosão da catástrofe, com a prevenção e o seguimento da pauta pós-desastre sendo negligenciados ou limitados a aspectos ligados as editorias de política e economia. É necessária uma mudança radical nos critérios de noticiabilidade.

O jornalismo precisa de melhores enquadramentos, que contextualizem e aprofundem as pautas, e critérios de noticiabilidade que contemplem as mudanças climáticas da atualidade, prezando pela segurança da população e focando no seu papel socioeducativo.

Avalia-se que os objetivos estabelecidos no início da pesquisa foram cumpridos, com as análises demonstrando de maneira clara a opinião e recomendações dos pesquisadores e a relação do jornalismo ambiental como subespecialização do jornalismo científico. Ainda, o papel educativo do jornalismo se mostrou essencial para a cobertura de desastres.

O trabalho aponta para desafios de alunos e professores das universidades de comunicação ao tratar do tema ambiental com mais profundidade e cada vez mais cedo. É primordial que os novos profissionais entendam a relevância da pauta e já tenham conhecimentos prévios básicos sobre para contribuírem em uma nova forma de cobrir o clima.

A pesquisa priorizou a análise dos materiais mais atuais disponíveis com pesquisadores que também atuam ativamente na cobertura ambiental. Por isso, houve uma limitação na quantidade de material analisado, tanto por uma questão de tempo quanto por ser uma área que ainda carece de mais pesquisas e debates.

Cabe a pesquisas futuras seguir avaliando os avanços e retrocessos das coberturas climáticas no Brasil e no mundo, expondo as problemáticas e os desafios

do jornalismo, e contribuindo para mais estudos na área de comunicação sobre o tema de cobertura de desastres.

Parafraseando a fala da pesquisadora Eloise Beling Loose, caso não ocorram mudanças em como os riscos são percebidos e como a cobertura climática é feita, os jornalistas não se limitarão a apenas narradores de tragédias, mas também serão cúmplices delas.

REFERÊNCIAS

AUDI, Amanda; MASCARENHAS, Gregório; LISBOA, Sílvia. O drama dos desabrigados após enchentes no Rio Grande do Sul. **Pública**, 4 out. 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/10/o-drama-dos-desabrigados-apos-enchentes-no-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 18 nov. 2024.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, 2017.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo cientifico: conceito e funções. **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 9, p. 1420-1427, 1985.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória. *In*: PORTO, C. M. (org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 113-125.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. **Estudos em Comunicação**, *E-book*. , p. 53-68, 2010.

ENCHENTES no RS causaram prejuízo de R$ 87 bilhões, diz BID. **Poder 360**, 23 set. 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/enchentes-no-rs-causaram-prejuizo-de-r-87-bilhoes-diz-bid/. Acesso em: 18 nov. 2024.

FACHIN, Odilia. Fundamentos da Metodologia. 5.ed [rev]. **Saraiva**. São Paulo, 2005.

HERTSGAARD, Mark; POPE, Kyle. The media need to cover the climate crisis as seriously as it covered Covid. **The Guardian**, 20 set. 2023. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2023/sep/20/climate-crisis-media-coverage-covid. Acesso em: 26 nov. 2024.

HERTSGAARD, Mark; POPE, Kyle. The media are complacent while the world burns. **Columbia Journalism Review**, 22 abr. 2019. Disponível em: https://www.cjr.org/special_report/climate-change-media.php. Acesso em: 26 nov. 2024.

JERONYMO, Guilherme. Registro de queimadas em setembro é 30% maior que a média do mês. **Agência Brasil**, 30 set. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-09/registro-de-queimadas-em-setembro-e-30-maior-que-media-do-mes. Acesso em: 18 nov. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-97-0100. Disponível em: https://biblioteca.aneel.gov.br/acervo/detalhe/187717. Acesso em: 9 dez. 2024.

DIÁLOGOS entre jornalistas e especialistas acerca do desastre - Dia 1. **YouTube**, FENAJ, 6 ago. 2024. (1h 38min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DXw8Ec_s-pA. Acesso em: 18 nov. 2024.

DIÁLOGOS entre jornalistas e especialistas acerca do desastre - Dia 2. **YouTube**, FENAJ, 7 ago. 2024. (1h 44min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T6uyFJt9Pqw. Acesso em: 18 nov. 2024.

DIÁLOGOS entre jornalistas e especialistas acerca do desastre - Dia 3. **YouTube**, FENAJ, 8 ago. 2024. (1h 38min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aqljrMYfFZ8. Acesso em: 18 nov. 2024.

DUARTE, Jorge. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: **Atlas**, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa. 7.ed. São Paulo, 2022.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho *et al*. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, SP, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

LERNER, Kátia; PESSONI, Arquimedes (org.). **Meio ambiente, saúde e divulgação científica**: questões comunicacionais. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); Intercom, 2020. *E-book*.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela; BELMONTE, Roberto Villar. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, p. ID26545-ID26545, 2017.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017.

GIRARDI, Ilza *et al*. Estudo das percepções de jornalistas ambientais brasileiros sobre o interesse dos seus públicos e as funções de seu trabalho. *In*: SANTOS, Adriana C. *et al*. (org.). **Meio ambiente, saúde e divulgação científica**: questões comunicacionais. Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); Intercom Editora, 2020. p. 59-92.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *In*: Sociologia do Jornalismo. Revista Acadêmica Semestral – Mestrado em Jornalismo da UFSC. **Estudos em Jornalismo e Mídia,** v.2, n.1. ISSN: 1806-6496, 2005.

SOUZA, Beto. Relembre o rompimento da barragem de Mariana, que completa 9 anos hoje. **CNN Brasil**, 5 nov. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/relembre-o-rompimento-da-barragem-de-mariana-que-completa-9-anos-hoje/. Acesso em: 18 nov. 2024.